

GRAMÁTICA: RETROSPECTIVA HISTÓRICA E IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ana Maria Oliveira Lima¹
Valdirene de Jesus Alves²
Verônica Maria Araújo dos Santos³

RESUMO:

Esta comunicação científica pretende apresentar um breve diálogo teórico a respeito da Gramática Tradicional, delineando aspectos referentes à sua história e ao ensino de língua portuguesa. A Gramática Tradicional é tema de várias pesquisas no meio acadêmico, ultrapassando os muros da escola, no que se refere ao ensino de língua portuguesa. Muito se tem perguntado sobre: O que ensinar nas aulas de Língua Portuguesa? Com quais objetivos? Que gramática ensinar? É uma pesquisa de cunho bibliográfico e foi motivada por incursões reflexivas da disciplina Estudos da Linguagem do Programa de Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens/UESB. Como organização metodológica, partimos, inicialmente, de uma retrospectiva histórica, em seguida, sobre o ensino de língua portuguesa relacionando-o às gramáticas tradicional e interacionista. Objetiva-se suscitar uma discussão que já é bastante profícua nas ciências da linguagem: o que ensinar nas aulas de língua materna. Para alimentar o debate, revisitamos estudiosos como Mattos e Silva (1996), Mattoso Câmara Jr. (1986), Bakhtin/Volochínov (2004), Weedwood (2002), Possenti (2009), Antunes (2003), Oliveira (2010), entre outros pesquisadores. A linguagem e o estudo desta colocam-se como importantes quando se pensa no aluno (sujeito) em sala de aula. Pensar sobre este sujeito requer lembrar que o ensino na escola não deverá ser voltado para a manutenção das elites, excluindo aqueles marginalizados na sociedade. Questões como as apresentadas neste texto merecem atenção, estudo e pesquisas. A partir das ponderações apresentadas, concluiu-se, provisoriamente, que, dentro de uma perspectiva histórica, faz-se necessário repensar o objeto de ensino nas aulas de língua portuguesa a partir de uma abordagem interacionista.

Palavras-chave: Gramática Tradicional. Gramática Interacionista. Aulas de Língua Portuguesa.

QUESTÃO INVESTIGADA

Este trabalho pretende apresentar uma pesquisa bibliográfica, em andamento, realizada na disciplina Estudo das Linguagens, do Mestrado de Letras: Cultura, Educação e Linguagens (UESB), a respeito da Gramática Tradicional, delineando aspectos referentes à sua história e ao ensino de língua portuguesa. Objetiva-se alimentar uma discussão que já é bastante profícua nas ciências da linguagem: o que ensinar nas aulas de língua materna? Para sustentar a questão, revisitamos estudiosos como Mattos e Silva (2002), Câmara Jr. (1986),

¹ Mestranda em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (UESB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Linguagens e Educação (GPLLED) CNPQ-UESB. E-mail: anaalima2005@yahoo.com.br

² Mestranda em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (UESB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Práticas, Escritas e Narrativas (GPPEN) CNPQ-UESB. E-mail: val_gl@yahoo.com.br

³ Mestranda em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (UESB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Linguagens e Educação (GPLLED) CNPQ-UESB. E-mail: veomaria.cte@hotmail.com

Bakhtin/Volochínov(2014), Weedwood (2002), Possenti (2009), Antunes (2003), Oliveira (2010),entre outros pesquisadores. Delineia-se, dessa forma, uma breve discussão teórica a respeito da Gramática Tradicional, apontando aspectos referentes à sua história e ao ensino de língua portuguesa.

É muito comum ouvirmos de alunos da educação básica que eles não sabem português, que português é uma língua muito difícil, que as aulas são chatas e cansativas, que o português “correto” é aquele ditado pela gramática normativa, etc. Estas observações têm levado professores e pesquisadores a repensarem sobre o objeto de ensino de língua portuguesa. A respeito disso, Antunes (2003, p.108) alerta que “[...] a mudança no ensino do português não está nas metodologias ou nas “técnicas” usadas. Está na escolha do objeto de ensino, daquilo que fundamentalmente constitui o ponto sobre o qual lançamos os nossos olhares”.

Partimos, inicialmente, de uma perspectiva histórica: a origem, constituição e desenvolvimento da gramática tradicional diacronicamente. Em seguida, pesquisamos sobre o que se tem debatido na academia a respeito do ensino de língua portuguesa e a gramática tradicional. Posteriormente, pensando na relação dialógica e interativa da linguagem, versamos sobre o ensino de língua portuguesa e a gramática interacionista.

QUADRO TEÓRICO

A Gramática Tradicional é tema de várias pesquisas no meio acadêmico, ultrapassando os muros da escola, ao que se refere ao ensino de língua portuguesa. Muito se tem perguntado sobre: O que ensinar nas aulas de Língua Portuguesa? Com quais objetivos? Que gramática ensinar? Afora esses questionamentos, ainda se tenta discutir sobre a prática de ensinar.

As pesquisas mais recentes em Linguística Aplicada têm demonstrado que o ensino de gramática, em âmbitos escolares, ainda é bastante prescritivo, voltado para o domínio normativo da língua. A este respeito, Mattos e Silva (2002) salienta que a Gramática Tradicional tem por objetivo estabelecer regras e, por meio destas, ensinar a norma padrão àqueles que já dominam a sua própria língua.

Frente a estes impasses e demandas, cumpre repensar o ensino da gramática a partir, tanto de uma retomada histórica da gramática como disciplina, como das reflexões teóricas contemporâneas no preâmbulo do ensino da gramática no contexto da sala de aula.

Pode-se afirmar que os estudos da linguagem acontecem muito antes do aparecimento da escrita. Weedwood (2002) argumenta que havia uma preocupação em estudar os

fenômenos da língua por questões práticas, antes mesmo de fazer-se uma análise científica. Há um consenso, entre os estudiosos da linguagem, a saber, Mattos e Silva (2002), Weedwood (2002) e Faraco (2005), que a origem, constituição e desenvolvimento da gramática tradicional retomam a Platão e Aristóteles surgindo como parte da filosofia e da lógica.

Os estudos subsequentes da gramática permanecem fundados numa perspectiva lógico-filosófica e embasados no privilégio à língua escrita dos grandes escritores e numa desvalorização aos usos (língua falada) os quais eram avaliados de forma depreciativa.

Os estudos de Saussure e Chomsky, no século XX, inauguram uma concepção de linguagem e língua: a linguagem vista como instrumento de comunicação e a língua concebida como código e com suas estruturas e sistemas. Dessa forma, a língua não é concebida dentro de um contexto de uso, desconsiderando o falante real. Oliveira (2010, p.34) nos alerta de que ensinar a língua sob essa vertente significa “ensinar estruturas gramaticais enfatizando suas formas sem nenhuma ou quase nenhuma preocupação com os usos que se fazem delas”.

A partir da segunda metade do século XX, aconteceu o que ficou conhecido como virada pragmática que “em vez de se preocupar com estrutura abstrata da língua, com seu sistema subjacente (como a *langue* de Saussure e a competência de Chomsky), muitos linguistas se debruçaram sobre os fenômenos mais diretamente ligados ao uso que os falantes fazem da língua” (WEEDWOOD, 2002, p. 144).

Neste panorama histórico, surge um filósofo soviético que surpreendeu o mundo ocidental: Mikail Bakhtin. Na concepção bakhtiniana, a língua é variável, de natureza social, o que possibilita a interação e, conseqüentemente, o diálogo. Portanto, para Bakhtin, a língua é essencialmente dialógica. Considera, ainda, o signo como intrinsecamente ideológico e, portanto, a enunciação é carregada de ideologia. Em outras palavras, a linguagem é visualizada como processo de interação e o sujeito, por conseguinte, entra em cena, deixando de ser “ideal” para ser “real”, inserido em seu contexto histórico, cultural e social. Bakhtin/Volochínov (2014, p. 127) assevera que

a verdadeira substância da linguagem não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada pela enunciação ou pelas enunciações.

A retomada histórica do desenvolvimento da gramática como disciplina conduz à compreensão de como as diferentes formas de abordar a linguagem ou a língua influenciaram

ou influenciam no modo como se concebe a gramática, principalmente no que tange ao ensino da língua portuguesa. Assim, conforme aponta Franchi (2006), a gramática pode ser entendida sob diferentes perspectivas: Gramática Normativa—conjunto de regras que devem ser seguidas; Gramática Descritiva – conjunto de regras que são seguidas com o objetivo de descrever ou explicar as línguas tais como elas são faladas; Gramática Internalizada – conjunto de regras que os falantes dominam. Diante disso, em sala de aula, o ensino de língua portuguesa é direcionado a partir da concepção de gramática adotada pelo professor levando em consideração sua concepção de linguagem.

Na verdade, desde a sua origem, como expomos, observando seu percurso histórico, a gramática tradicional, ou prescritiva, procurou estabelecer as regras, consideradas as melhores, para a língua escrita, com base no uso que dela fazem aqueles que a sociedade considerava e considera os seus mais “bem acabados” usuários, os chamados “grandes escritores”, tanto poetas quanto prosadores. (MATTOS E SILVA, 2002, p. 12).

No entanto, não podemos esquecer que a língua portuguesa é marcada por variedades linguísticas, a despeito de não se reconhecerem estas variedades na escola, que ignora a heterogeneidade da nossa língua. Este aspecto aponta-nos para uma crise no “O que ensinar?”. É notório a todos que os alunos já chegam à escola dominando a estrutura gramatical da sua língua (gramática internalizada) e a escola faz “vista grossa” a esta realidade. Câmara Júnior (2002, p. 09) defende ser essencial desenvolver “o estudo metódico dos caracteres e aplicações desse novo e precioso instrumento”, comparando o uso da língua ao trabalho de um operário com suas ferramentas. Ou seja, cabe à escola ensinar aos seus alunos o chamado português padrão ou norma culta.

A gramática normativa ensinada na escola é corretiva e visa à unificação da língua. Antunes (2003) atesta esta afirmativa quando, em pesquisa, percebeu que esta gramática é descontextualizada, fragmentada, da irrelevância, das excentricidades, voltada para a nomenclatura e a classificação das unidades, inflexível, predominantemente prescritiva, e que não tem como apoio o uso da língua em textos reais. Ainda sobre o ensino da gramática na escola, Oliveira (2010, p.37) ratifica que “Enquanto os professores não adotarem a perspectiva pragmática de língua, o ensino de português se manterá, em muitas escolas brasileiras, no nível das sentenças isoladas, descontextualizadas, sem que se leve em conta os usos que os brasileiros fazem da língua”.

Mattos e Silva (2002) nos alerta para este perigo, visto que a gramática tradicional reforça o “dialeto da elite” com padrões de uma classe dominante. Para a pesquisadora, esta é

uma tradição ultrapassada: há que se olhar para as minorias no sentido de dar vez e voz àqueles que são estigmatizados pela elite. E ainda acrescenta

Independente da origem elitista dessa tradição de pensamento sobre a linguagem humana que veio a favorecer com este instrumento, entre outros, um segmento social em detrimento da maioria, o processo cumulativo que se desenvolveu durante vinte e três séculos e que se perpetua até nossos dias é do maior interesse para a história cultural do homem e para a percepção de como se foi construindo um campo de saber, o da reflexão sobre a linguagem humana, o da Linguística, portanto. (MATTOS E SILVA, 1996, p.14).

Diante do que já foi apontado, como então oportunizar aos alunos o domínio da norma socialmente privilegiada, sem configurar, com isto, o detrimento à variante linguística de seu grupo social?

Com toda certeza, este questionamento inquieta, na atualidade, pesquisadores, professores em formação e professores em ação. Antunes (2003) aponta, ainda, um esforço das instituições governamentais em empreender uma escola “mais formadora e eficiente”, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Sistema Nacional de Avaliação e Educação Básica (SAEB). Dessa forma, segundo a autora, “Parece, portanto, não faltar ao professor o respaldo das instâncias superiores, que assumiram o discurso de novas concepções teóricas, de onde podem emergir novos programas e novas práticas.” (ANTUNES, 2003, p. 23).

Não há dúvidas de que a norma socialmente prestigiada deve ser compreendida pelos alunos especialmente porque esta “poderá” proporcionar ao cidadão uma inclusão sociocultural. Não há dúvidas também que as ciências da linguagem têm muito a contribuir. Reconhecer a importância do caráter interacional da linguagem e definir a concepção de linguagem como interação, já apontam boas alternativas ao ensino de Língua Portuguesa.

Na perspectiva bakhtiniana, a linguagem só pode ser pensada dentro das relações humanas (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014). Segundo o autor, a língua nativa não apresenta mistérios para o seu falante e é entendida dentro da familiaridade de uma determinada comunidade linguística. Acrescenta ainda que a consciência linguística dos sujeitos relaciona-se com a linguagem nas interações verbais, o que não quer dizer que não há tensões. Se assim funciona, é certo que os determinados contextos de uso da linguagem sobrepõem-se a formas normativas da mesma.

A gramática vista como um conjunto de normas que regulam o uso da língua, ou gramática normativa, contempla os usos linguísticos considerados de prestígio dentro da

sociedade. Tal característica é tão antiga que, segundo Mattos e Silva (2002), já era percebida no século V a.C.:

As gramáticas tradicionais hoje oscilam entre dois pólos: ou partem da apresentação das funções sintáticas, tratando em seguida das partes do discurso ou classes de palavras; ou partem destas para chegar à suas funções sintáticas. Essas duas direções já se delineavam no século V a.C., tendo predominado a segunda. (MATTOS E SILVA, 2002, p.15).

Diante do que foi exposto até o momento, percebemos que há uma movimentação para um ensino de língua portuguesa que seja mais reflexivo e considere as diversas dimensões da linguagem, apostando em seu caráter interacional, mesmo reconhecendo, também, que “o papel da escola é ensinar a norma padrão” (POSSENTI, 2009). Não aventamos neste estudo a possibilidade do não ensino de gramática normativa em sala de aula. Isso seria cair num simplismo com consequências desastrosas para a formação do aluno. Aqui nos posicionamos no sentido de que se trabalhe a gramática normativa em contextos significativos de aprendizagem e de que a escola exerça o seu papel de desenvolver a competência comunicativa do aluno nos diversos contextos sociais. Ou seja, dissipar a crença de que basta saber gramática para falar, ler e escrever com sucesso. Nesta conjuntura, entender também que a escola deve ser um espaço democrático do saber, com suas várias nuances, inclusive na perspectiva de que dominar a norma padrão não significa depreciar outras variantes linguísticas de menor prestígio social. Posturas assim, possivelmente, ajudem a mostrar possibilidades de como oportunizar aos alunos o domínio da norma socialmente privilegiada sem configurar, com isto, o detrimento da variante linguística de seu grupo social.

METODOLOGIA

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, resultante de um empreendimento investigativo motivado por incursões reflexivas da disciplina Estudos da Linguagem do Programa de Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens/UESB, objetivando a apreensão da gramática numa perspectiva histórica com abordagem para o ensino de Língua de Portuguesa nas dimensões tradicional e interacionista.

Num primeiro momento, a investigação incidiu sobre delimitação de referências bibliográficas (autores) que dentro do quadro teórico acadêmico corroboram com estudos no âmbito da história da linguística, linguística histórica, tradição gramatical, bem como do

campo das ciências e filosofias da linguagem e linguística aplicada, as quais referendassem a temática em estudo.

Dentro desse quadro, reportamos especialmente aos estudos de Weedwood (2002), Faraco (2005), Mattos e Silva (2002), Bakhtin/Volochínov (2014), Oliveira (2010), Câmara Jr. (1986), Possenti (2009), Antunes (2003) entre outros.

Em seguida, foram realizadas leituras e levantamento dos principais conceitos e ideias norteadoras da pesquisa em questão, tendo como referência eixos norteadores da discussão – gramática, linguagem, língua e ensino. A revisita aos textos selecionados resultou em registros escritos – fichamentos, resumos – que consubstanciaram em dados – informações – significativas e relevantes para se refletir e analisar o objeto em estudo.

Por fim, procedeu-se a análise das informações coletadas, as quais foram relacionadas, confrontadas, comentadas, refutadas a fim de se constituir um corpus textual que viesse a responder as questões levantadas acerca do objeto, bem como do que se propôs investigar.

CONCLUSÕES E RESULTADOS PARCIAIS

A presente pesquisa pretendeu fazer um panorama da Gramática Tradicional, numa perspectiva histórica, evidenciando suas implicações no ensino de língua portuguesa no âmbito da gramática normativa e da gramática interacional. Não se teve como propósito esgotar o assunto, dada a própria natureza do limite de espaço, como também por entender que esta é uma área de conflito e de constantes pesquisas na área das ciências da linguagem. Portanto, pretendemos ampliar esta pesquisa com análises de materiais didáticos de língua portuguesa da Educação Básica, referendadas nas concepções de gramática e de linguagem aqui apresentadas.

Dentro da perspectiva histórica, buscamos delinear aspectos da linguística que contribuíram, e contribuem, para o ensino da Língua Portuguesa, tanto na abordagem tradicional quanto na abordagem interacionista. A reflexão sobre as concepções de linguagem se tornam, ao nosso ver, um caminho imprescindível para que se delineie propostas significativas para o diálogo em sala de aula.

A linguagem e o estudo desta colocam-se como importantes quando se pensa no aluno (sujeito) em sala de aula. Pensar sobre este sujeito requer lembrar que o ensino na escola não deverá ser voltado para a manutenção das elites, excluindo aqueles que se sentem (e não serão?) marginalizados na sociedade. Questões como as apresentadas neste texto merecem atenção, estudo e pesquisas.

A partir das ponderações apresentadas, concluiu-se, provisoriamente, que, analisando por uma perspectiva histórica, faz-se necessário repensar o objeto de ensino nas aulas de Língua Portuguesa. O ensino de Língua Portuguesa baseado em concepções prescritivas da gramática já não se faz suficiente, visto que, segundo Antunes (2003, p. 19),

Um exame mais cuidadoso de como o estudo de língua portuguesa acontece no Ensino Fundamental, revela a persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizada. Nestes limites, ficam reduzidos, naturalmente, os objetivos que uma compreensão mais relevante da linguagem poderia suscitar – **linguagem que só funciona para que as pessoas possam interagir socialmente.** (Grifos nossos).

Precisa-se ainda entender a relação do ensino da gramática tradicional com a conservação ou proteção da língua, tão amplamente divulgada pelos mais conservadores. Muito mais que isto, sabemos da sua importância em subsidiar ao usuário em sua capacidade de “empregar adequadamente a língua nas diversas situações de comunicação” (TRAVAGLIA, 2001, p. 17).

Sabemos que o espaço aqui proposto não possui condições de abarcar toda a temática, em especial, porque se trata de uma pesquisa ainda não concluída. O assunto por si só já se mostra inesgotável e bastante intrigante. Portanto, não houve a intenção de trazer respostas aos questionamentos delineados neste texto, mas tão somente suscitar provocações, reflexões e, quiçá, enriquecer o debate a respeito da temática abordada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKTHIN, M., VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 16ª ed. Trad. de Michel Lahud e Yara Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental.** Brasília, 1998.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. **História da linguística.** Trad. Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1986.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo “gramática”?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Tradição Gramatical e Gramática Tradicional**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado das Letras, 2009.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 7ª Edição. São Paulo: Cortez, 2001.

WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.